

Parecer sobre metas curriculares de História - 9º ano

Tendo presente o papel da disciplina de História no currículo do ensino básico, importa destacar duas orientações desde 1991:

1. Uma de âmbito negativo: a diminuição de tempos semanais destinados à leção da disciplina, fruto da excessiva matematização e cientificação das orientações curriculares levadas a cabo pelos sucessivos governos (as ciências exatas e a produção tecnológica passam a ser sobrevalorizadas em detrimento do humanismo e da capacidade crítica dos jovens, futuros cidadãos). Nestas orientações, a História parece estar a mais, até porque se afigura perigosa porque desenvolve capacidades de questionamento abrangentes, o que não interessa a visões demasiado tecnicistas e homogeneizantes.

2. Outra de âmbito positivo: a tentativa de tornar o ensino da História mais prático, partindo dos interesses dos alunos e promovendo metodologias para que estes dêem sentido à História, a fim de estruturarem uma consciência histórica de qualidade e que os prepare para lidar com a complexidade do mundo atual. Um ensino da História mais exigente que não seja a memorização mecânica e estéril de um conjunto de conteúdos apresentados e organizados pelo professor para serem apenas reproduzidos pelos alunos. Este esforço tem aproveitado a vasta investigação, não só da própria ciência histórica, mas principalmente da forma como os alunos aprendem a História, feita em vários países. Portanto, seria, a nosso ver, através desta orientação que a disciplina de História se assumiria como um saber essencial na educação básica dos nossos jovens.

Então como conciliar estas duas orientações? Passaria por repensar o programa aprovado em 1991 e racionalizar os conteúdos, adaptando-os à nova realidade de tempos disponíveis para os três anos que constituem o 3º Ciclo do Ensino Básico. Essa realidade organiza-se, na maior parte das escolas, da

seguinte forma: 2 tempos de 45 minutos semanais (em muitas escolas separados) no 7ºano, 3 tempos de 45 minutos semanais no 8º ano e outros 3 tempos de 45 minutos no 9ºano, com alunos que cada vez mais, se apresentam mais jovens e imaturos (a taxa de retenção é exígua), com grandes dificuldades de concentração na sala de aula e de respeito por regras estabelecidas. Acresce ainda o grande número de turmas atribuído aos professores e, conseqüentemente, grande número de alunos. A estas dificuldades, junta-se a fundamentação, para cada reunião de conselho de turma, da avaliação feita a cada aluno. Uma tarefa impossível, se o quisermos fazer com consciência e se procurarmos ver o aluno como um ser humano e não apenas como um número.

Neste cenário real do ensino básico das nossas escolas, a proposta das “*Metas curriculares para o 9º ano de escolaridade*”, agora em discussão pública e que se constitui como “*um objeto primordial na estruturação do ensino da disciplina e um referente para os membros da comunidade educativa*”, deveria caminhar neste sentido – tornar o ensino da História mais prático, mais atrativo e mais útil para os jovens destas faixas etárias, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades básicas tais como explicar fenómenos atuais mobilizando a compreensão essencial do passado; construir orientações temporais contextualizadas nos diversos tempos e tendo em conta permanências, mudanças, diferentes ritmos e sentidos de evolução; adquirir uma visão dinâmica da ocupação humana dos espaços; analisar, interpretar e desconstruir discursos (que só se consegue com um efetivo e sistemático trabalho com fontes e recorrendo a aspetos metodológicos da historiografia) e, por fim, comunicar essas visões do passado através da elaboração de narrativas pessoais, pelos próprios alunos.

No entanto, o documento proposto parece continuar a ignorar estas orientações (a exiguidade dos tempos semanais para a disciplina, a pouca “experiência histórica” dos jovens nesta faixa etária, a investigação da forma como os alunos aprendem a História, a realidade difícil do professor de História, entre outras), pois:

1. Parece-nos que o grande número de conteúdos, acrescido ainda de novos, como por exemplo todo o domínio “*O após Guerra Fria e a Globalização*” exigem a abordagem de novos temas ou um considerável

aprofundamento dos que constam no Programa de 1991, sendo francamente inexecutável no tempo disponível para a disciplina.

Relativamente a este último domínio “O após Guerra Fria e a Globalização”, consideramos que não deveria ser objeto de estudo por várias razões: a sua extensão, complexidade e abrangência, o conteúdo em si e por questões de ordem metodológica. Pois, englobando a crise de 2008, uma temática muito recente e muito debatida por economistas e jornalistas, o seu estudo ainda só poderia ser baseado em fontes jornalísticas, artigos de opinião e de economia, carecendo também de um distanciamento cronológico, para que seja estudado segundo a perspectiva histórica. A própria inclusão de processos sob os quais ainda não há qualquer consenso científico, como o assumir do “colapso da hegemonia americana” e a associação entre “terrorismo global” e “integrismo islâmico” assim como, a ausência de referência a outros contextos de terrorismo como os nacionalistas ou o católico (Irlanda, Espanha...), condiciona muito o multiperspectivismo inerente ao conhecimento histórico, bem como o rigor científico.

2. As metas, objetivos e descritores parecem visar alunos superdotados e especialistas em História, sem que lhes seja dado tempo e oportunidade para isso. Estas limitam-se à reprodução de um conjunto de conteúdos transmitidos pelo professor (porque para abarcar todos os conteúdos sugeridos, só assim se conseguirá), sem sentido para os alunos e que se torna incompreensível para a maior parte deles. Então, assim, que utilidade terá a disciplina de História?

Parecem-nos exemplos disso, os seguintes descritores: “*Referir a importância das conferências de Bretton Woods e de São Francisco para a consolidação de um novo modelo de gestão da economia-mundo capitalista e para a fundação da Organização das Nações Unidas*” - Descritor 5 do objetivo 2 do domínio “A 2.ª Guerra Mundial: violência e reconstrução”; “*Relacionar a recusa da descolonização dos territórios não autónomos com o surgimento de movimentos armados de libertação, com a invasão do “Estado Português da Índia” e com o eclodir das três frentes da Guerra Colonial*” – Descritor 2 do objetivo 4 do subdomínio “Guerra Fria”. Também todo o objetivo 7. “*Conhecer e compreender a evolução ocorrida desde as “crises petrolíferas” até ao colapso*

do bloco soviético”, com todos os seus descritores, do domínio “*Do segundo após guerra aos anos 80*”.

3. A própria formulação dos objetivos gerais acaba por ser muito redutora ao pedir apenas o “Conhecer” e, com caráter mais abrangente e por isso de maior dificuldade de avaliação, o “compreender”, apontando apenas para a memorização mecânica possível, sem possibilidade de mobilização para situações novas, ou então exigindo uma mobilização, em termos de resultados, mas não tendo em conta, o processo na construção dessas capacidades.

4. Na introdução do documento já homologado no ano passado, remete para a responsabilidade dos professores para a “*concretização dos descritores*” e para a “*adaptação da conceptualização e da linguagem ao nível etário e de escolaridade dos alunos*”, bem como “*para a seleção das estratégias de ensino mais adequadas para a sua concretização*”. Acabam por exigir, aos professores de História, uma grande responsabilidade pelo atingir de um conjunto de metas inadequadas, inexequíveis em termos práticos, e de exagerada complexidade para os alunos da faixa etária a que se destinam. Muitos dos conteúdos apresentados no novo diploma constam do atual Programa de História para o 12º ano, quer na organização, sequência e extensão, quer no nível de aprofundamento. Supomos que mesmo alunos mais velhos do ensino secundário, não as conseguiriam atingir com um grau de consecução satisfatório, quanto mais alunos nestas faixas etárias. Por isso, em vez de serem um instrumento clarificador e de apoio da prática docente, acabarão por dificultar enormemente a atuação dos professores.

5. As capacidades exigidas não se desenvolvem sozinhas, com um conjunto de intenções e de discursos, tornando-se necessário trabalhá-las nas aulas. Como fazer isso e ao mesmo tempo abarcar todos os conteúdos sugeridos (os do programa de 1991, já demasiado extenso, e ainda os que foram acrescentados)?

Parece verificar-se no documento sobre as metas alguma falta de atenção à questão da progressiva evolução cognitiva dos jovens. Para o efetivo “conhecer e compreender” dos aspetos elencados é necessário todo um trabalho

de interpretação e análise de fontes e um crescente domínio de conteúdos que, em grande parte dos casos, não foi nunca abordado em História nem nas restantes disciplinas.

6. Em muitos casos, os descritores dentro de cada objetivo geral aparecem com uma grande complexidade e dificuldade de compreensão, quanto mais de concretização; pois se se considerar que “*esses descritores foram redigidos de forma rigorosa, utilizando o vocabulário conceptual do saber histórico*” eles estão muito longe da capacidade de compreensão dos alunos e encarregados de educação, contrariamente ao pretendido.

7. Quanto à atualização científica, ela é de louvar, quando existe, mas essa não se pode fazer, acrescentando, mas substituindo e selecionando.

8. Também não se pode pedir aos alunos que mobilizem conhecimentos para comparar situações históricas, sem que eles as estudem primeiro e mesmo assim, as situações exigidas, quer no 9ºano, quer nos anos anteriores, são de extrema complexidade e de quase impossível consecução por grande parte destes alunos.

9. No caso do 9º ano, exige-se a compreensão de alguns conceitos de elevada complexidade que até já nas reformulações dos programas do ensino secundário foram abandonados. Agora vêm-se exigir a alunos mais novos e com experiência de aprendizagem menor.

São exemplos, alguns conceitos que carecem de longa explicação e poderão desviar o enfoque do assunto que se está a trabalhar, como é o caso da 1.ª República, em que é pedido ao aluno que “*refira tentativas de derrube do demoliberalismo republicano, salientando o sidonismo (1917) e as tentativas de restauração monárquica*”, ou a respeito das respostas à Crise de 1929, em que é solicitado ao discente que “*avalie os resultados económicos e sociais das medidas pré-keynesianas adotadas em alguns países na década de 30*”.

Por tudo o que foi exposto, consideramos que estas metas, da forma como estão formuladas, não são exequíveis porque não estão adequadas ao tempo

letivo destinado à disciplina; não têm em conta nem a faixa etária dos alunos, a sua experiência de aprendizagem, o seu grau de maturidade intelectual, nem as realidades das escolas. Centram-se demasiado na quantidade e complexidade dos conteúdos científicos, apresentam uma linguagem complexa e hermética, apenas acessível para especialistas e comprometem o valor da disciplina de História para a formação básica dos jovens.

Os professores de História do Agrupamento de Escolas de Amares